

O QUE SIGNIFICA PENSAR CRITICAMENTE SOBRE A ECONOMIA (POLÍTICA)? UMA TENTATIVA DE RESPOSTA INSPIRADA EM MAX HORKHEIMER¹

Bastian RONGE²

■ **RESUMO:** Este artigo aborda a questão “O que significa pensar criticamente sobre a economia (política)” por meio de uma reconstrução sistemática da resposta oferecida por Max Horkheimer ao se tornar diretor do Instituto de Pesquisa Social em 1931. Com base nos critérios definidos por Horkheimer nos anos 1930 para uma teoria crítica da economia (política), o artigo avalia o caráter crítico de abordagens filosóficas recentes sobre a economia (política): ética empresarial e filosofia da economia; pós-marxismo (Louis Althusser, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e J.K. Gibson-Graham); e as obras de representantes atuais da Escola de Frankfurt (Axel Honneth e Rahel Jaeggi).

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Teoria crítica. Horkheimer. Economia política. Filosofia da economia. Pós-marxismo.

O que significa pensar criticamente sobre a economia (política)?³ Neste artigo, abordarei essa questão por meio de uma reconstrução sistemática da resposta dada por Max Horkheimer quando se tornou diretor do Instituto de Pesquisa Social (IfS) em 1931.⁴ Diferentemente de seu predecessor, Carl Grünberg,

¹ Tradução do inglês: Fernando Bee e Raphael Concli. Revisão: Arthur Bueno.

² Pesquisador assistente (*wissenschaftlicher Mitarbeiter*) – Universidade Humboldt de Berlim. Berlim – Alemanha. bastian.ronge@hu-berlin.de.

³ Este artigo é uma versão ampliada de texto escrito como parte da introdução ao dossiê “The Frankfurt School: Philosophy and (Political) Economy”, *History of the Human Sciences*, v. 29, n. 2, 2016.

⁴ Provavelmente não houve nenhum período na história da filosofia moderna no qual o relacionamento entre filosofia e economia esteve mais sob escrutínio do que nos primeiros anos da teoria crítica. Se o debate no interior da Escola de Frankfurt não chegou a nada que pudesse ser chamado de um resultado definitivo (cf. ROTHE e RONGE, 2016), ainda assim várias discussões são de grande pertinência para os debates atuais sobre o que poderia e deveria ser o escopo da filosofia econômica.

Horkheimer hesitou em fazer do marxismo científico a agenda de pesquisa oficial do IfS. Para ele, assim como para outros *marxistas hegelianos*, o marxismo científico minimizou de maneira inapropriada a importância da filosofia e do pensamento filosófico. Por isso, assim que se tornou o novo diretor do IfS, Horkheimer propôs a questão premente de como pensar filosoficamente sobre a economia. Em seu discurso inaugural, “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisa Social” (1993 [1931]), e em seu ensaio programático “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, incluindo o “Pós-escrito” (2002a [1937], 2002b [1937]), ele assumiu seriamente sua responsabilidade como diretor do Instituto de Pesquisa Social e buscou dar uma resposta para a questão de como os teóricos críticos deveriam pensar sobre a economia (política). A seguir, reconstruirei sistematicamente suas proposições a fim de elaborar um esquema normativo que nos permita, então, avaliar o caráter crítico de abordagens filosóficas recentes sobre a economia (política): a ética empresarial [*business ethics*] e a filosofia da economia, passando por alguns pensadores pós-marxianos (como Louis Althusser, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e J. K. Gibson-Graham), até chegar a representantes atuais da Escola de Frankfurt (Axel Honneth e Rahel Jaeggi).⁵ Dada essa estrutura geral de meu argumento, o artigo será dividido em duas partes. Na primeira, reconstruirei os critérios estabelecidos por Horkheimer para uma teoria crítica da economia (política). Na segunda, examinarei em que medida as abordagens teóricas atuais satisfazem esses critérios ou não.

Reconstruindo Horkheimer: para um esquema normativo das teorias críticas sobre a economia (política)

Em seu discurso inaugural “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisa Social” e em seu ensaio “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” (incluindo o “Pós-escrito”), Horkheimer define cinco características centrais de uma teoria crítica da economia (política). O *primeiro critério* é a renúncia a qualquer pretensão de objetividade no que se refere

⁵ Para evitar quaisquer mal-entendidos: meu interesse em Horkheimer neste artigo é meramente sistemático, e não histórico. Por isso não reconstruirei as proposições de Horkheimer no interior do contexto mais amplo do marxismo hegeliano e da discussão entre os membros do Instituto daquele período (cf. ROTHE e RONGE, 2016), mas irei antes descontextualizá-los a fim de elaborar um *esquema normativo*, que nos permitirá entender e avaliar as abordagens filosóficas atuais sobre a economia (política).

ao domínio da economia. Esse critério resulta diretamente de uma das características essenciais da teoria crítica, a saber, sua ruptura com o quadro epistemológico da teoria tradicional. A teoria tradicional se apoia fortemente na ideia cartesiana de que o sujeito e o objeto do conhecimento são epistemologicamente separados. De acordo com Horkheimer, a teoria crítica coloca isso radicalmente em questão; ela vê o sujeito e o objeto como sempre entrelaçados:

Os fatos que os nossos sentidos apresentam para nós são socialmente pré-formados de duas maneiras: por meio do caráter histórico do objeto percebido e por meio do caráter histórico do órgão que o percebe (HORKHEIMER, 2002a [1937], p. 200).

Os teóricos críticos devem reconhecer que é impossível ter acesso objetivo ao objeto do conhecimento (ibid., p. 222). Isso também é verdade para a economia. Todos os discursos econômicos são necessariamente subjetivos e parciais e, portanto, são discursos *políticos*. É exatamente essa inclusão explícita da política que impede a teoria crítica de se tornar uma ciência econômica. Horkheimer (2002b [1937], p. 251) afirma: “A teoria crítica nunca foi redutível à ciência econômica especializada. A dependência da política em relação à economia é seu objeto, não seu programa”. Por isso, o primeiro critério das teorias críticas sobre a economia (política) se estabelece da seguinte maneira: elas devem reconhecer o fato de que são necessariamente políticas, uma vez que não há acesso objetivo ao domínio da economia. Mas em qual sentido elas têm de ser políticas?

Com isso nós chegamos ao *segundo critério* para um engajamento crítico com a economia (política). O objetivo geral da teoria crítica é, segundo Horkheimer (2002a [1937], p. 243), apoiar o “estabelecimento da justiça entre os homens”. Os teóricos críticos devem ser motivados pela “esperança de melhorar radicalmente a existência humana” (ibid., p. 233) e isso significa, no que se refere a seu engajamento crítico com a economia (política), que eles têm de estar atentos a estruturas econômicas alternativas, que proporcionem mais justiça do que as atuais.⁶ Se Horkheimer não tem reservas quanto ao uso do conhecimento das ciências tradicionais, desde que contribuam para esse projeto

⁶ O problema da injustiça econômica é ainda mais premente hoje, como Thomas Piketty (2014) mostrou em sua pesquisa.

de uma “sociedade futura organizada racionalmente” (ibid.), ele rejeita por completo, no entanto, a adoção do conhecimento das ciências econômicas: as análises e a representação da realidade econômica oferecida pelas ciências econômicas, Horkheimer (2002b [1937], p. 251) sublinha enfaticamente, “não se referem a nada e são calculadas para esconder a realidade em cada ponto”.

As curvas da economia política matemática de nossos dias não são mais capazes de manter uma relação com o essencial do que a filosofia positivista ou existencial. Nessas disciplinas, os conceitos perderam qualquer relação com as situações fundamentais de nossa época (ibid., p. 246).

Em outras palavras: as ciências econômicas produzem representações erradas e enganosas da realidade econômica, que não podem ser adotadas a fim de colocar a justiça social em prática. Portanto, a teoria crítica tem a tarefa de criticar e desconstruir os economistas dominantes e seus conceitos centrais, preferencialmente à maneira da crítica imanente, ou seja, pela apresentação deles como sujeitos a uma inversão dialética.

Entretanto, diferentemente da ciência moderna especializada, a teoria crítica da sociedade continuou a ser uma disciplina filosófica, mesmo quando se engaja na crítica da economia. Pois seu conteúdo é a transformação dos conceitos que dominam a economia em seus opostos: troca justa em aprofundamento da injustiça social; economia livre em controle monopolístico; trabalho produtivo em relações rígidas que dificultam a produção; e manutenção da vida em sociedade em empobrecimento das pessoas (ibid., p. 247).

Esse *terceiro critério* de uma teoria crítica da economia (política), a saber, a desconstrução e a crítica da ciência econômica, conduz imediatamente ao *quarto critério*: os teóricos críticos não devem se contentar com a crítica desconstrutiva da ciência econômica. Eles também têm de levar a cabo sua própria análise e fornecer sua própria representação da realidade econômica, buscando apreender as transformações históricas do mundo socioeconômico: “a crítica do economicismo consiste não em se voltar

contra a análise econômica, mas em engajar-se nela plenamente e de acordo com as linhas indicadas pela história” (ibid., p. 250).⁷

Essas análises devem ocorrer, segundo Horkheimer, de uma maneira interdisciplinar, reunindo filósofos, economistas, sociólogos, psicólogos etc. Horkheimer não tem dúvida, entretanto, de que a filosofia deve assumir a liderança nessa cooperação, por ser a única disciplina que garante que as investigações científicas não resultem em meras abordagens positivistas, permitindo antes à humanidade adquirir entendimento e experiência a respeito de seu presente socioeconômico.⁸

O *quinto* requisito concerne a uma premissa particular dos estudos econômicos em questão. Em seu discurso inaugural, Horkheimer enfatiza que a teoria crítica deve se ater à distinção entre o econômico e o não econômico (por exemplo, o social, o cultural, o religioso) quando se trata de pensar a economia. Do contrário, a teoria crítica estaria próxima de cair na armadilha de “entender mal Marx”, de “entender mal Hegel” ou de um “mau espinosismo” (HORKHEIMER, 1993 [1931], p. 12).

Pode-se então afirmar que a economia e o Espírito são expressões diferentes de uma e mesma essência; isso seria um mau espinosismo. Ou, de modo alternativo, manter que as ideias ou os conteúdos ‘espirituais’ invadem a história e determinam as ações dos seres humanos. [...] Esse seria um entendimento abstrato e ruim de Hegel. Ou, pelo contrário, acreditar que a economia é, enquanto um ser material, a única realidade verdadeira; a psique dos seres humanos, a personalidade, assim como a lei, a arte e a filosofia, seriam derivadas completamente da economia ou meramente reflexões da economia. Esse seria um entendimento abstrato, logo, ruim de Marx. Tais noções pressupõem, ingenuamente, um divórcio acríptico, obsoleto e altamente problemático entre o Espírito e a realidade que falha em sintetizá-los dialeticamente” (ibid., p. 12).

Em outras palavras: as teorias críticas da economia se confrontam com a tarefa desafiadora de descrever e pensar o econômico e o não econômico não como separados, mas como entidades dialeticamente entrelaçadas.

⁷ É interessante notar que, nessa passagem, Horkheimer nomeia Adam Smith como um dos autores clássicos ainda capazes de enfrentar esse desafio.

⁸ Essa parece ser uma grande diferença em relação a Carl Grünberg, que também propôs um programa de pesquisa interdisciplinar, mas sob a clara liderança da ciência econômica.

A reconstrução sistemática dos textos programáticos iniciais de Horkheimer revela que o engajamento teórico com a economia (política) deve satisfazer cinco condições para fazer jus aos critérios da teoria crítica (inicial). Os teóricos críticos devem assumir (1) uma abordagem não objetiva, mas parcial da economia, que (2) vise uma ordem social e econômica alternativa, por meio (3) da desconstrução e da crítica das ciências econômicas (dominantes), (4) fornecendo uma análise e uma representação próprias da economia atual, as quais (5) devem considerar que o econômico e o não econômico não são separados, mas dialeticamente entrelaçados. Com isso, podemos seguir para a segunda parte do artigo e passar a avaliar o caráter crítico de algumas abordagens filosóficas recentes sobre a economia (política).

Aplicando o esquema normativo às tentativas atuais de pensar a economia (política)

Na segunda parte deste artigo, procurarei mostrar como o esquema normativo elaborado na primeira parte pode ser usado para avaliar as diferentes maneiras pelas quais a filosofia acadêmica lida com a questão da economia (política) nos dias de hoje. Limitarei meu foco a três ramos, a saber: a ética empresarial e a filosofia da economia; o discurso do pós-marxismo; e por último, mas não menos importante, as tentativas no interior da teoria crítica no sentido mais restrito do termo.⁹

Ética empresarial e filosofia da economia

Usando o esquema normativo extraído de Horkheimer, pode-se facilmente entender por que a *ética empresarial* e a *filosofia da economia* não deveriam ser chamadas de críticas. Ainda que seus defensores possam se perceber como críticos, já que estão interessados em aprimorar a ciência econômica moderna e em estabelecer condições econômicas mais justas, de acordo com o esquema proposto aqui eles claramente não o são. Uma vez que aceitam a autoridade do discurso das ciências

⁹ Uso a expressão *teoria crítica no sentido mais restrito do termo* para me referir aos pensadores que se consideram na tradição da teoria crítica e estão localizados ou foram formados em Frankfurt. Isso não significa, é claro, que esses pensadores são mais críticos do que outros que se consideram na tradição de Adorno e Horkheimer sem nunca terem estado em Frankfurt.

econômicas “duras”, eles não veem seu engajamento teórico como parcial e tampouco procuram criticar os conceitos-chave das ciências econômicas ou apresentar suas próprias análises e representações da realidade econômica. Questionar a autoridade das ciências econômicas dominantes é, entretanto, pré-condição para que se estabeleça um discurso crítico sobre a economia (política). Essa condição é satisfeita por aqueles projetos teóricos que podem ser designados de (pós-)marxistas. Assim, é válido tomar alguns exemplos desse vasto discurso a fim de verificar a produtividade do esquema normativo elaborado acima. Irei restringir-me a apenas três defensores da teoria pós-marxista, estando plenamente consciente de que isso não é suficiente para emitir um juízo do pós-marxismo como um todo.

Teorias pós-marxistas: avaliando Althusser, Laclau/Mouffe e Gibson-Graham

Por conta do amplo espectro de teorias (feministas, pós-estruturalistas, desconstrutivas, do discurso e neomarxistas) que podem ser denominadas pós-marxistas, estaria muito além do escopo deste texto responder a questão colocada acima.¹⁰ No que se segue, limito-me a demonstrar a “produtividade” do esquema heurístico-normativo delineado aqui no que diz respeito a três exemplos: (a) Althusser; (b) Laclau/Mouffe; e (c) Gibson-Graham.

(a) Embora se possa defender que Althusser não deveria ser considerado um pensador pós-marxista, uma vez que ele parece antes ser francamente um marxista, penso que sua crítica da economia política é, entretanto, um exemplo interessante para testar o esquema normativo aqui proposto. Sua abordagem teórica da economia (política) parece satisfazer quatro dos cinco critérios mencionados acima. Althusser critica duramente a economia política contemporânea por fornecer uma representação errada e enganosa da realidade econômica. De acordo com Althusser, a economia política clássica já segue um caminho equivocado desde o começo por conta de um empirismo errôneo, o qual implica a ilusão de que a realidade econômica consiste em simples fatos econômicos, os quais podem ser percebidos e cientificamente analisados (cf. ALTHUSSER, 2015, p. 358 ss). Os

¹⁰ A noção de pós-marxismo é bastante aberta e pode ser aplicada a diversos pensadores, tais como Cornelius Castoriadis, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Agnes Heller ou Jacques Derrida (cf. TORNEY e TOWNSHEND, 2006).

economistas políticos clássicos não se dão conta que o econômico nunca pode ser vivenciado de maneira imediata, mas que eles devem primeiro construir a categoria do que é econômico antes que possam abordar o fenômeno de maneira científica (ibid., p. 410 ss). Consequentemente, Althusser conclui que a realidade econômica só pode ser verdadeiramente representada se o conceito de econômico for conceituado de forma correta. E ele toma Karl Marx como aquele que foi o primeiro a perceber e enfrentar este desafio, mesmo que ele não tenha sido totalmente bem-sucedido.

Considerando os diversos critérios para uma teoria crítica da economia política que podem ser extraídos dos textos programáticos iniciais de Horkheimer, pode-se afirmar que Althusser satisfaz todos os critérios, exceto um. Ele critica e desconstrói a economia política (terceiro critério) a fim de abrir caminho para novas análises e representações da realidade econômica (quarto critério), o que obviamente aponta para uma ordem social mais justa que a atual ordem capitalista (segundo critério).¹¹ Por último, mas não menos importante, a abordagem de Althusser também leva em conta a relação dialética entre o econômico e o não econômico (quinto critério). Ele parece estar atento para o fato de que a forma pela qual concebemos o econômico determina diretamente a forma das esferas não econômicas (como a política ou a social); e mesmo que ele se atenha à afirmação marxista segundo a qual a economia é o setor mais importante e influente da sociedade moderna, sua teoria da sobredeterminação é capaz de dar conta da influência e da força efetiva das esferas não econômicas. Sua posição crítica diante da economia política não satisfaz, contudo, o primeiro critério apresentado por Horkheimer para uma teoria crítica da economia política; Althusser não parece desistir da ideia de uma ciência econômica capaz de representar a realidade econômica de maneira objetiva e apta a apreender a verdade. É exatamente esse ponto crucial que separa a abordagem de Althusser de uma teoria crítica da economia política, reivindicada por Horkheimer nos primeiros anos da Escola de Frankfurt.

(b) Ernesto Laclau e Chantal Mouffe são talvez os pensadores mais proeminentes do movimento pós-marxista. Em seu livro bastante influente de 1985, *Hegemonia e estratégia socialista*:

¹¹ A conhecida “teoria da regulação” põe em prática a forma de Althusser de analisar e representar a realidade econômica.

por uma política democrática radical, eles criticam, entre outros aspectos, o essencialismo econômico de Marx e das teorias marxistas. Todas as abordagens teóricas sobre as sociedades modernas que consideram a economia como a esfera mais influente reproduziriam esse essencialismo e impediriam, assim, uma teoria democrática radical da sociedade contemporânea. Dessa forma, Laclau e Mouffe não apresentam uma verdadeira análise da realidade econômica, nem procuram apreender a relação dialética entre a esfera econômica e a não econômica. Eles não satisfazem assim os dois últimos critérios indicados por Horkheimer e não apresentam os meios para uma teoria crítica da economia política (ainda que tenham em vista uma ordem social alternativa e justa, sejam críticos quanto à ciência econômica moderna e defendam a impossibilidade de uma abordagem objetiva e imparcial do domínio da economia). As pensadoras feministas Katherine Gibson e Julie Graham procuram, entretanto, fornecer uma crítica feminista da economia política baseada na teoria do discurso de Laclau e Mouffe, entre outros (cf. GIBSON-GRAHAM, 2006a e 2006b).

(c) O trabalho teórico de Gibson e Graham satisfaz quase todos os critérios de Horkheimer. Elas estão plenamente conscientes do fato de que o conhecimento econômico é sempre subjetivo e parcial e de que é necessário superar o “discurso capitalocêntrico” hegemônico (GIBSON-GRAHAM, 2006b, p. 55) e construir uma “nova linguagem da diversidade econômica” (ibid., p. 56), que permita aos sujeitos econômicos criarem uma sociedade social e economicamente mais justa. Dessa forma, Gibson e Graham satisfazem os quatro primeiros requisitos dispostos no esquema heurístico-normativo para teorias críticas da economia: seu trabalho teórico é parcial, volta-se para uma ordem econômica melhor, é baseado na desconstrução crítica de conceitos centrais dos economistas dominantes e inclui análises econômicas originais. Entretanto, Gibson e Graham não são capazes de satisfazer o último critério de Horkheimer, ou seja, conceituar a relação entre práticas econômicas e não econômicas como uma relação dialética. Ao invés disso, elas parecem acreditar que a demarcação entre práticas econômicas e não econômicas é fixa e que o desafio para os teóricos críticos da economia consiste na tarefa de representar de maneira apropriada *todas* as práticas econômicas (e não apenas as práticas capitalistas) (cf. ibid., p. xiii). Ainda que Gibson e Graham se aproximem do ideal das teorias críticas da economia (política), elas deixam de lado uma

dimensão particularmente importante. Dito isso, eu gostaria de me voltar para abordagens recentes em relação à economia (política) apresentadas por representantes atuais da Escola de Frankfurt: Axel Honneth e Rahel Jaeggi.

Abordagens da economia (política) na teoria crítica

Após esta passagem bastante breve e pouco representativa pelo vasto campo da teoria pós-marxista, eu gostaria de me voltar nesta conclusão para a teoria crítica dos dias atuais, num sentido restrito, e para seu envolvimento com o econômico. O trabalho filosófico de Axel Honneth é aqui de especial interesse, não só por ele ser frequentemente considerado o representante mais importante da teoria crítica contemporânea, mas também porque as implicações econômicas de sua filosofia do reconhecimento (HONNETH, 1996) foram sujeitas a um intenso debate (cf. FRASER; HONNETH, 2004), além do fato de Honneth voltar-se atualmente para questões econômicas (cf. HONNETH, 2015).

Nancy Fraser, entre outros, criticou a teoria do reconhecimento de Honneth por esta ser incapaz de oferecer um entendimento adequado da realidade econômica. Segundo essa crítica, uma vez que Honneth vê as questões econômicas com as lentes do reconhecimento, ele não seria capaz de conceber a esfera econômica como um âmbito de pleno direito. Assim, ele não consegue identificar as causas econômicas reais por trás da injustiça econômica e nem apresentar soluções efetivas para elas (ZURN, 2005). Emmanuel Renault (2004) afirma, entretanto, que essas críticas deixam parcialmente de lado o ponto central de Honneth, uma vez que seu objetivo mais geral não é explicar a injustiça econômica, mas fornecer um quadro teórico para a compreensão da experiência subjetiva da injustiça econômica. Jean-Philippe Deranty (2009, p. 297), por sua vez, chama a atenção para o fato de Honneth parecer mais crítico quanto a “abordagens econômicas positivistas” do que seus oponentes, cujas críticas são baseadas no pressuposto de que há razões econômicas “reais” que podem ser analisadas pelas ciências econômicas. Na verdade, Honneth parece estar ciente de que qualquer descrição teórica de assuntos econômicos tem um efeito na própria realidade econômica. Assim, ele sustenta que a luta quanto a injustiças econômicas pode se beneficiar da tradução de experiências de justiça econômica em um vocabulário

que difere da linguagem das ciências econômicas propriamente ditas, como o vocabulário do reconhecimento. Também se pode ler desse modo a tentativa de Honneth de reconceituar o mercado como uma instituição de liberdade social em seu livro *O direito da liberdade* (HONNETH, 2014, caps. 2 e 3) ou seu apelo por uma abordagem mais experimental do econômico em seu último livro *A ideia de socialismo* (HONNETH, 2015, cap. 3). Em outras palavras, o envolvimento de Honneth com questões econômicas é muito mais crítico – segundo os critérios extraídos de Horkheimer – do que seus críticos se dão conta. Deve-se, de fato, admitir que Honneth (também) tende a não satisfazer o quinto critério, uma vez que seu discurso sobre o econômico não retém a diferença entre o econômico e o não econômico. Quanto a isso os críticos de Honneth estão certos: sua teoria do reconhecimento não é adequada para admitir a posição excepcional do econômico. Eles estão errados, entretanto, se pensam que conceituar o econômico e o não econômico como “esferas” diferentes irá resolver o problema. Essa maneira de pensar tal relação pode permitir que se trace uma distinção entre o econômico e o não econômico (quanto a seus modos característicos de ação, por exemplo), mas não ajuda a descrever seu entrelaçamento dialético. Pelo contrário, a linguagem das esferas conduz em grande medida a uma descrição meramente antagônica de sua relação (como na tese habermasiana da colonização do mundo da vida). A esse respeito, o conceito de formas de vida (*Lebensformen*) recentemente reformulado por Rahel Jaeggi (2013) parece ser mais promissor.

De acordo com Jaeggi, as formas de vida podem ser entendidas como “um conjunto, combinação ou agregado inerte de práticas sociais”, de modo que as práticas sociais abrangem também práticas econômicas em sentido estrito, isto é, práticas que “dizem respeito à satisfação de necessidades reprodutivas da sociedade” (JAEGGI, 2017, p. 168). Sendo mais preciso, as práticas “orientadas a questões econômicas” já estão sempre “conectadas ou mesmo entrelaçadas com outras práticas e interpretações não econômicas” (ibid.). Nesse quadro conceitual, a diferença entre o econômico e o não econômico pode ser mantida sem que se recaia na linguagem de esferas diferentes. Permanece em aberto, contudo, se Jaeggi é capaz de identificar o entrelaçamento de práticas econômicas e não econômicas como dialético. Se for o caso, o conceito de formas de vida – já empregado por

Horkheimer para substituir o modelo marxiano ortodoxo de base e superestrutura (HORKHEIMER, 2002b [1937], p. 59-62) – parece ser uma fundação conceitual firme para pensar criticamente a economia (política), avaliada segundo os padrões que ele mesmo estabeleceu nos anos de fundação da Escola de Frankfurt.

RONGE, B. What does it mean to think critically about (political) economy? An attempt to give an answer inspired by Max Horkheimer. *Perspectivas*, São Paulo, v. 49, p. 139-152, jan./jun. 2017.

■ **ABSTRACT:** *This paper addresses the question “What does it mean to think critically about (political) economy?” by reconstructing systematically the answer which Max Horkheimer gave when he became the director of the Institute for Social Research in 1931. On the basis of the criteria defined by Horkheimer in the 1930s for a critical theory of (political) economy, the article assesses the critical character of recent philosophical approaches towards the (political) economy: business ethics and philosophy of economics; Post-Marxism (Louis Althusser, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe and J.K. Gibson-Graham); and the works of current representatives of the Frankfurt School (Axel Honneth and Rahel Jaeggi).*

■ **KEYWORDS:** *Critical theory. Horkheimer. Political economy. Philosophy of economic. Post-Marxism.*

Referências

ALTHUSSER, L. *Das Kapital lesen*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2015.

DERANTY, J.-P. Kritik der politischen Ökonomie und die gegenwärtige Kritische Theorie. Eine Verteidigung von Honneths Anerkennungstheorie. In: SCHMIDT AM BUSCH, H.-C.; ZURN, C. F. (Orgs.) *Anerkennung*. Berlin: Akademie Verlag, 2009, p. 269-300.

FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso, 2004.

GIBSON-GRAHAM, J. K. *The End of Capitalism (As We Knew It): A Feminist Critique of Political Economy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006a.

GIBSON-GRAHAM, J. K. *Postcapitalist Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006b.

HONNETH, A. *Struggle for Recognition*. Trans. Joel Anderson. Cambridge: MIT Press, 1996.

HONNETH, A. *Freedom's Right: The Social Foundations of Democratic Life*. Trans. Joseph Ganahl. New York: Columbia University Press, 2014.

HONNETH, A. *Die Idee des Sozialismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2015.

HORKHEIMER, M. The Actual Situation of Social Philosophy and the Tasks of an Institute of Social Research. In: *Between Philosophy and Social Science. Selected Early Writings*. Cambridge: MIT Press, 1993, p. 1-14.

HORKHEIMER, M. Traditional and Critical Theory. In: *Critical Theory, Selected Essays*. New York: Continuum, 2002a [1937], p. 188-243.

HORKHEIMER, M. Postscript. In: *Critical Theory, Selected Essays*. New York: Continuum, 2002b [1937], p. 244-252.

JAEGGI, R. *Kritik von Lebensformen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2013.

JAEGGI, R. A Wide Concept of Economy: Economy as a Social Practice and the Critique of Capitalism. In: LAFOND, C.; DEUTSCHER, P. (Orgs.). *Critical Theory in Critical Times*. New York: Columbia University Press, 2017.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Social Strategy*. London: Verso, 1985.

PIKETTY, T. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: Belknap/Harvard University Press, 2014.

REISS, J. *Philosophy of Economics. A Contemporary Introduction*. New York: Routledge, 2013.

RENAULT, E. *L'expérience de l'injustice : reconnaissance et clinique de l'injustice*. Paris: La Découverte, 2004.

ROTHER, M.; RONGE, B. The Frankfurt School: Philosophy and (political) economy. *History of the Social Sciences*, v. 29, n. 2, p. 3-22, 2016.

TORMEY, S.; TOWNSHEND, J. *Key Thinkers from Critical Theory to Post-Marxism*. London: Sage, 2006.

ZURN, C. Recognition, Redistribution, and Democracy: Dilemmas of Honneth's Critical Social Theory. *European Journal of Philosophy*, v. 13, n. 1, p. 89-126, 2005.